

CLITICIZAÇÃO EM CARTAS NOTARIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE DO SÉCULO 18 AO 20: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

Felipe Moraes de MELO (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ CAPES)

RESUMO: O estudo da cliticização pronominal tem sido tema bastante recorrente sempre que se investigam mudanças no parâmetro da língua portuguesa. Para a história do Português do Brasil (PB), o fenômeno de cliticização constitui um dos mais profícuos paradigmas que evidenciam o processo de formação da gramática do PB, máxime durante o século 19. Estudos como Lobo (1992), Pagotto (1992, 1993), Galves (2007) e Martins (2010) mostraram que a alternância ênclise/próclise em textos escritos ao longo dos séculos aponta para um decurso de variação e mudança linguística na gramática dessa língua. Esta comunicação apresenta o diagnóstico preliminar, ora centrado no século 19, do uso dos clíticos pronominais em cartas notariais arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). As ocorrências clíticas serão analisadas tendo em vista diferentes contextos estruturais, a fim de se evidenciarem os padrões empíricos – ênclise e próclise – de colocação desses elementos átonos em relação ao verbo na estrutura da oração.

PALAVRAS-CHAVES: História da Língua Portuguesa. Cliticização pronominal. Variação e mudança linguísticas.

1. Introdução

Este trabalho se organiza por meio das seguintes etapas: esta introdução, que apresenta as partes constitutivas do texto; “Do *corpus* oitocentista e do Brasil de então”, no qual é apresentado o *corpus*, explicado dentro de que propósito acadêmico ele se encontra e feita uma breve panorâmica pelo contexto do Brasil da época; “Da cliticização pronominal no português e de sua manifestação nos ofícios norte-rio-grandense”, em que são desenvolvidas considerações sobre o fenômeno da cliticização no português, bem como é realizada sua análise dentro do *corpus* em estudo; “Dos padrões de diferentes gramática nos ofícios do RN”, seção na qual se dá uma superficial explicação sobre o modelo teórico da competição de gramáticas e é sumarizado como diferentes padrões gramaticais de colocação dos clíticos pronominais podem dar indícios aparentes de um possível processo de competição de gramáticas por trás dos fenômenos observados no *corpus*; e, por fim, “Palavras nada finais”, em que é dado o fechamento, mas não a conclusão, deste trabalho, que apenas representa um dos primeiros produtos do labor científico de minha investigação de mestrado.

2. Do *corpus* oitocentista e do Brasil de então

Um dos problemas que deve ser pensado quando se propõe o estudo da mudança linguística, conforme Weinreich, Labov e Herzog (doravante, WLH, 2006), é o problema da transição, isto é, tentar descobrir “o estágio interveniente que define a trilha pela qual a estrutura A evolui para a estrutura B” (op. cit., p. 122). A implementação de mudanças em um dado sistema passa necessariamente pela consumação dessa evolução estrutural representativa da transição de estágios linguísticos. A esse problema da transição, coadunam-se outros quatro, ainda segundo os autores: os problemas d’ 1) os fatores condicionantes; 2) o encaixamento; 3) a avaliação; e 4) a implementação. Com relação ao primeiro deles mencionado, o da transição, em se trabalhando com centúrias passadas, só se tem acesso a esses “estágios intervenientes” por meio do texto escrito, tipo de dado que leva o pesquisador a uma luta para “ouvir o inaudível” e para fazer “o melhor uso de maus dados”, metáforas

respectivamente de Lass e Labov (*apud* MATTOS E SILVA, 2008, p. 7), que figuram a lida com os textos antigos.

Este trabalho traz um diagnóstico preliminar de um fenômeno que muito tem sido estudado para se evidenciar mudança linguística na língua portuguesa – o fenômeno da cliticização – e representa um primeiro esforço de análise dentro da empreitada de elaboração de um *corpus* diacrônico composto por cartas oficiais escritas¹ na capitania do Rio Grande nos séculos 18 e 19 e, após a Proclamação da República, no estado do Rio Grande do Norte no século 20. As cartas notariais, que representam o objeto deste artigo (as do século 19), estão localizadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), organizadas em caixas numeradas, que são separadas por gêneros textuais, e em subcaixas organizadas por data. As cartas notariais do século 18 já foram fotografadas por uma equipe do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e estão disponíveis para consulta; as dos séculos 19 estão sendo fotografadas e transcritas diplomaticamente segundo os critérios de edição seguidos pela equipe do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB); e as do século 20 estão no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc).

O trabalho de coleta e transcrição desses textos tem a função de formar o *corpus* de estudo que tanto servirá para minha dissertação de mestrado, cujas investigações estão inseridas no projeto estadual e institucional (financiado pela UFRN) Para a História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte (PHPB-RN), quanto comporá a parte do “*corpus* comum mínimo – manuscritos” referente às cartas oficiais, pela qual fiquei responsável, e que será enviada junto aos demais *corpora* representativos das outras categorias textuais² propostas pelo PHPB para a composição do grande *corpus* comum mínimo, que servirá para a elaboração do grande volume *História do Português Brasileiro*, cuja publicação deverá ocorrer entre 2014 e 2015.

Para este diagnóstico prévio que farei, serão usados os primeiros ofícios transcritos, que põem em cena textos manuscritos da primeira metade do século 19 do RN. Desse século, há oito caixas de arquivos no IHGRN. Foram selecionados os ofícios mais antigos e que atendessem ao critério básico de legibilidade mínima, o que gerou a transcrição de um ofício datado de 1812, o mais antigo, e dez de 1833, totalizando onze ofícios que representam o *corpus* para a análise realizada neste artigo. A opção por começar a transcrição pelos ofícios do século 19, em detrimento das cartas do século 18³ e dos ofícios do século 20, deveu-se, especialmente, por o século 19 representar o momento da transição, retomando o pressuposto com o qual começou este texto, para uma gramática do PB. Dito com outras palavras,

¹ As cartas oficiais analisadas neste trabalho são apenas ofícios. Na tese de Fonseca (2003), a autora, quando da discriminação da tipologia textual de seu *corpus* (cf. p. 120-1), esclarece que sob o termo “cartas oficiais”, com o qual ela intitula sua tese, estão 1 carta de lei, 1 carta régia, 5 avisos dos secretários e 196 ofícios, sendo, portanto, este o gênero focalizado como carta, por ser maioria absoluta e apresentar maior heterogeneidade. A classificação utilizada pela autora segue a de Martinheira (1997).

² “Categorias textuais” talvez seja uma terminologia mais precisa do que a de gêneros no que diz respeito às solicitações do PHPB, haja vista uma categoria, como é o caso a de “cartas oficiais”, poder abarcar mais de um gênero. Sobre isso, leia-se a nota 1 deste artigo. Sobre o *corpus* do PHPB e sobre as últimas notícias no que concerne aos encaminhamentos do projeto, recomenda-se o anexo “Relatório do VIII Seminário do PHPB”, em Hora e Silva (2010, p. 421-6).

³ No século 18, não foram encontrados ofícios, senão cartas oficiais. Aparentemente, o uso de ofícios, sob tal nome, consolida-se na administração pública brasileira do século 19. Para uma definição dos documentos de arquivo “carta” e “ofício”, ler os verbetes que lhes são referentes em Belloto (2002).

mudanças que começam a ser atestadas no parâmetro sintático⁴ da língua portuguesa americana durante o século 18 começam a constituir uma gramática brasileira (cf. TARALLO, 1993; KATO *et al.*, 2006) no curso do século 19⁵, tornando-se ainda mais acentuadas no final do século 20. Sobre as estruturas gramaticais analisadas, Tarallo (*ibidem*) conclui dizendo que:

Certamente, estes novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. [...] Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E neste sentido fica comprovado quão importante é o exame de dados lingüísticos à luz de evidências sociais. Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/ gramática (p. 99).

Ancorado no que escreve Tarallo, pode-se dizer que a história externa do Brasil oitocentista, palco para a produção dos onze ofícios analisados neste trabalho, mostra um país que tivera seu sistema educacional mais difundido, o jesuítico, destruído por um processo que se inicia com o Diretório criado pelo Marquês de Pombal em maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em agosto de 1758, a todo o Brasil e que terminam com a expulsão dos jesuítas (cf. TEYSSIER, 2004, p. 95) e, com eles, de todo o sistema educacional brasileiro. Sobre tal fosso nenhuma ponte fora construída:

Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas, o Brasil não sofreu uma reforma do ensino. Aconteceu a destruição pura e simples de todo o sistema colonial de ensino jesuítico. Uma organização escolar se extinguiu sem que se tomassem medidas imediatas para atenuar os efeitos ou reduzir sua extensão. (AZEVEDO *apud* ELIA, 2003, 101).

A educação escolarizada não jesuítica que se ofertou após esse período esteve ao alcance de uma fração mínima da população brasileira (HOUAISS, 1985, p.137). Alguns resultados dessa orfandade educacional são a chegada do Brasil ao final do século 18 com apenas 0,5% da população brasileira letrada, consoante Houaiss (*loc. cit.*) e Mattos e Silva (2004, p. 130), e ao final do século 19, em 1872, segundo o censo desse ano, com menos de 20% dos homens e 11,5% das mulheres sabendo ler e escrever (cf. MATTOS E SILVA, 2001, p. 279; NOLL, 2008, p. 273).

O Brasil, então, no início do século 19, é, por um lado, uma nação praticamente analfabeta e com mínimo grau de letramento, legado de uma longa esteira colonial de mais de três séculos, e é, por outro, um país que recebe o Príncipe Regente e a corte portuguesa, fugidos de Napoleão, em 1808, deixando de ser colônia e tornando-se império, o que lhe traz

4 Os trabalhos lidos para essa primeira abordagem analítica estão focam o nível sintático da língua, apesar de alguns, como Nunes (1993), numa perspectiva diacrônica, e Galves e Abaurre (2002), desde uma abordagem sincrônica, trazerem a proposta de uma abordagem fonológico-sintática, a partir da qual a fonologia ofereceria forte subsídio para uma melhor compreensão dos fenômenos sintáticos estudados, dentre os quais, a cliticização dos pronomes oblíquos átonos.

5 Os fenômenos que Tarallo (1993, p. 70) analisa são: 1) a reorganização do sistema pronominal, acarretando, dentre outras consequências, a implementação do objeto nulo e de um sujeito lexical mais freqüente; 2) mudança nas estratégias de relativização; 3) reorganização no padrão básico de sentença; 4) padrão sentencial em perguntas diretas e indiretas. Kato *et al.* (2006) mostram como foi acertado esse diagnóstico de Tarallo de uma gramática brasileira, fazendo uma reanálise dos mesmos fenômenos, à exceção da relativização.

um “efeito centrípeto de civilização” (SILVA NETO, 1976, p. 79), a ser visto, por exemplo, na chegada da imprensa, na formação de tribunais de justiça e na criação do Banco do Brasil.

Além disso, uma identidade/espírito nacional começa a se formar após a Independência de 1822. Especial atenção deve ser dada à baixa escolaridade, pois, segundo Mattos e Silva (2004, p. 40), o incipiente ideal normatizador do Brasil colonial e do século 19 fez com que o brasileiro adquirisse a língua assistematicamente, sem o crivo escolar. É, pois, nesse conjunto de fatores educacional, político, social, ideológico – em resumo, históricos – que o PB se encaixa, promovendo, finalmente, o escorrer da tinta da pena brasileira.

O trabalho conhecido que mais se assemelha ao trabalho de composição de *corpus* que minha dissertação de mestrado se propõe a fazer é a tese de Fonseca (2003)⁶, que trabalha igualmente com textos oficiais, em sua absoluta maioria, ofícios, produzidos também no nordeste brasileiro, mas, em seu caso, na Paraíba. Muito da caracterização que a autora faz das cartas oficiais da Paraíba converge com o que se tem encontrado nos ofícios do RN, a saber: foram escritos em papel almaço de cor amarelada devido ao tempo, “com tintas em tons de marrom, decorrente, possivelmente da descoloração da tinta preta” e “são escritos quase em coluna, que ocupa do centro para a esquerda do papel” (op. cit., p. 102). Ademais, a escrita é cursiva, que era a formação caligráfica mais generalizada para a redação de documentos da época (ACIOLI, 1994, p. 55). O ofício de 1812, contudo, possui alguns aspectos peculiares, quais sejam a) um pequeno resumo do ofício, também manuscrito, com uma letra menor do que a do texto principal na parte superior esquerda do texto; b) é um manuscrito opistográfico, ou seja, escrito dos dois lados da folha, prática que, de acordo com Acioli (loc. cit.), raramente se praticava; c) são quatro os autores do texto. Interessante adiantar que é nesse ofício que foi encontrada uma construção com clíticos entendida pela literatura da área como típica do PB, conforme se verá na análise.

Seguindo os termos usados por Fonseca (2003, p. 150-4) para especificar as partes constitutivas das cartas, nota-se, por esta primeira amostra dos onze ofícios potiguaros, que apenas dois deles, o de 1812 e um de 1833, apresentam vocativo, começando os demais diretamente com o propósito das cartas⁷, isto é, o texto em si; segue ao texto o fecho, normalmente com a fórmula de despedida “Deus guarde Vossa Senhoria”, escrito das mais diversas maneiras, reflexo de uma flutuação ortográfica que marcou grande parte da história do português, principalmente em época quando, tendo o Brasil uma escolaridade quase nula, havia um sistema ortográfico que apenas começava a querer se livrar das peias oligarquicamente eruditas de uma ortografia etimológica; o protocolo final, no qual é revelado o órgão do governo do qual o ofício está sendo emitido junto ao local (cidade) e data; a assinatura do autor; e o destinatário, geralmente precedido por seu cargo.

O último apontamento que se faz neste tópico introdutório e de contextualização diz respeito à autoria. Os critérios de coleta de dados para o PHPB recomendam que sejam identificados os autores dos textos, para que se comprove sua brasilidade, distinção que o projeto entendeu como importante para o estudo do PB. Segundo Fonseca (2003, p. 107),

Em certas ocasiões, a autoria é facilmente identificada, por se tratar de autoridade bastante conhecida e por serem de um mesmo remetente, como no caso já citado de José César de Menezes. Em outras, porém, não foi possível identificar o remetente nem a função que ocupava. No *corpus*, encontram-se cartas *halógrafas*, escritas e assinadas pela mesma pessoa, e *autógrafas*, em que uma pessoa escreve e a outra assina. A identificação dos autores das cartas é ainda dificultada por serem muitas cartas apenas rubricadas ou trazerem o nome de forma abreviada.

⁶ O contato com a tese da autora foi o primeiro elemento que deu molde a meu desejo de trabalho com diacronia na pós-graduação. Seu trabalho foi o estado da arte para o desenvolvimento de meu projeto de mestrado.

⁷ Sobre os propósitos das cartas oficiais dos séculos 18 e 19 da Paraíba, ver Fonseca (2003, p. 137).

Num Brasil em que a profissão de copista/ amanuense era funcional, e que devia corresponder ao papel de um digitador de hoje, fica muito árdua uma tarefa de busca da língua do autor na escrita de um “escrevedor”, isto é, numa imensidão de documentos autógrafos. Barbosa (2002, p. 424) escreve que “o texto pode ter sido escrito por um *escrevedor* oficial e apenas assinado pela senhora interessada. Para as fontes coloniais, podemos nunca vir a saber a idade do autor de um material autógrafo”. O que Barbosa comenta sobre a autoria pode ser estendido para todas as informações do autor, porquanto, já sendo difícil, no mais das vezes, achar informações sobre pessoas que exerciam cargos políticos, figure-se o caso dos empregados da época.

Após esta exposição acerca da natureza do *corpus* deste trabalho e do contexto histórico no qual ele surgiu, parte-se para o fenômeno analítico estudado – a cliticização – com base nos dados em estudo.

3. Da cliticização pronominal no português e de sua manifestação nos ofícios norte-rio-grandenses

Tamanha a produtividade do estudo da cliticização para a compreensão da mudança linguística por que passou o português, Galves (2007), por exemplo, defende uma proposta de periodização da língua portuguesa centrada na mudança paramétrica relacionada à colocação pronominal. Para isso, ela se baseia em Martins (1994), que trabalha com um contexto determinado, o de V2, ou seja, aquele no qual o verbo está em segunda posição (podendo estar em primeira um sujeito, um advérbio, um sintagma preposicional, sintagma nominal deslocado, uma conjunção de coordenação ou uma oração dependente), e em outros estudos que também tratam do mesmo fenômeno em referido contexto, como o das autoras Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005).

Por meio desses estudos, Galves (2007, p. 521) percebe que, no Português Arcaico (PA) (século 13 ao 14), o padrão de colocação pronominal é a ênclise; que, durante o Português Médio (PM) (século 15 ao 17) – a língua das caravelas, como chamado pela autora, por ter sido o que chegou ao Brasil quando da primeira vinda dos portugueses –, a língua apresentava um padrão proclítico; e, no Português Europeu Moderno (PE) (do século 18 aos dias de hoje), o português retoma o predomínio enclítico apresentado pelo PA. O PB, também iniciado no século 18, diferentemente do PE, mantém a próclise como regra geral, mantendo o padrão do PM.

O palco histórico do *corpus* deste artigo, o século 19, é um momento de intenso embate de formas linguísticas, pois, como se expôs na segunda parte deste trabalho, é um século em que a formação de espírito nacional brasileiro (principalmente no Brasil pós Independência) está em choque com a forte presença da corte portuguesa e de uma normatização gramatical do português de cunho europeu. Reelaborando a afirmação de início deste parágrafo com a roupagem vocabular da sociolinguística e, mais exatamente, com as metáforas mui animadoras de Tarallo (2002), diríamos que: no meio social do século 19 no Brasil, as variantes linguísticas “próclise” e “ênclise” representam a variável linguística “colocação pronominal clítica” e coexistiram naturalmente no campo de batalha de usos reais da língua. É importante ressaltar que, mesmo sendo de caráter oficial, os textos que serão analisados podem refletir um padrão que diste de uma gramática normativa esperada num texto burocrático exatamente pela conjuntura de baixa escolaridade, dentre os outros fatores já mencionados, do País.

Mas como pôde o PB passar de um estágio, qual fosse o século 19, em que a variante proclítica perdia, quantitativamente e na escrita, sua batalha diante da força da variante peninsular enclítica para o estado atual no qual “o PB se tornou a mais proclítica das línguas

românicas” (TORRES-MORAIS, 2002, p. 73)? Que tipo de regra ou que tipos de regras controlaram esse elemento variável, essa variável linguística nas terras lusófonas da América (cf. WLH, 2006, p. 105)? Como o problema da transição de uma forma dominante para outra se conferiu? Quando a implementação se deu? Por que nesse momento e não noutra? Essas são algumas questões chave, como já mencionadas na abertura deste artigo, propostas por WLH para fundamentar empiricamente uma teoria da mudança linguística e, portanto, questões sem as quais a compreensão da mudança tende a ficar incompleta. Além dessas, pode-se perguntar sobre que fatores condicionaram a próclise e a ênclise e como esses diferentes padrões sintáticos de ordenação clítica estavam encaixados linguística e socialmente e, ainda, qual o papel da consciência individual, da avaliação do indivíduo sobre a própria língua? Alguns desses “problemas” terão azo nos tópicos seguintes.

No que concerne a essas questões neste meu artigo, uma reflexão deve ser feita. Luchesi (2004, p. 174) aponta como o problema dos fatores condicionadores foi descartado por Labov em sua obra de 1982 por se tratar de uma restrição universal, adjetivo este que oblitera o encaixamento social e linguístico, ideia matriz e revolucionária do trio WLH. Labov (1982 *apud* LUCHESI, loc. cit.) escreve que “a formulação do ‘problema das restrições’ em Weinreich, Labov e Herzog (1968) e em 2.1. estava equivocada, e que o problema das restrições deveria ser fundido com o problema do encaixamento”. Vai-se, então, neste trabalho, considerar apenas a questão do encaixamento, inclusive, por uma noção de restrição universal ou interna da gramática de um sistema no que se refere às colocações clíticas ser empiricamente inviável. Como exemplo, pode-se mostrar o caso de próclise a V1, verbo em primeira posição absoluta, sobre o qual trato na seção que segue.

3.1 Da próclise a V1

No PE, pode haver uma restrição a essa construção, a próclise ao verbo em primeira posição absoluta, o que é refletido, ao menos na modalidade escrita, no PB durante todo o século 19, fazendo com que raras vezes surja, nesse contexto categoricamente enclítico, a colocação proclítica. Podemos exemplificar o influxo dessa restrição a partir de dois estudos que tomam como *corpus* peças de teatro, brasileiras no caso de Cyrino (1993), e estritamente potiguaras em Galdino *et al.* (2010). No primeiro caso, a autora seleciona um tempo verbal tipicamente realizado em V1, o imperativo afirmativo, e encontra 100% de ênclise na primeira metade do século 19 e 86% na segunda. Em Galdino *et al.*, os autores encontraram 99,6% de ênclise com o verbo em primeira posição absoluta. O artigo de Cyrino expande a análise ao século 20, mostrando como a ênclise ao imperativo chega a 0% na segunda metade desse século (cf. CYRINO, op. cit., p. 168). Podemos considerar, assim, que a próclise a V1 não se configura como uma restrição na história da língua portuguesa, já que é instanciada por um de seus sistemas, o PB, apesar de não o ser por outro, o PE. Isso mostra como a mudança linguística foi processada de modo distinto por, embora ambos terem derivado de um PM comum, estar cada sistema (cada gramática) encaixada em realidades sociolingüísticas diferentes, conforme pensa Labov (1982 *apud* LUCHESI, 2004).

No *corpus* em estudo neste trabalho, foi encontrado um clítico a V1, numa colocação enclítica, como esperado, num dos 10 ofícios de 1833, a ver:

- (1) Constandome da Parte da Guarda da ca- | déia, que ali existe um arrombamento na⁸.

⁸ O modelo de transcrição seguido aqui é o proposto pelo PHPB, publicado em Mattos e Silva (2001, 553-5), e enviado recentemente por correio eletrônico para todos os membros do PHPB com algumas reformulações. O modelo direciona uma edição semidiplomática dos documentos.

Essa é a construção quase categórica no PB do século 19, principalmente na primeira metade. Cyrino (1993), à guisa de exemplo, atesta essa construção como categórica nesse primeiro meado dos oitocentos. Em Galdino *et al.* (2010), a única próclise aparece exatamente na primeira metade do referido século, mas não é um caso de primeira posição absoluta no sentido *stricto*, senão o de primeira coordenada. Vejamo-lo:

- (2) André E' verdade... Mas, um dia, a mulher que o amava, miseravelmente seduzida, esqueceu que ia ser minha e **SE** jogou ao mundo.

De todo modo, essa ocorrência representa 1 próclise dentre os 252 casos de ênclise. De volta ao *corpus*, aparece uma ocorrência que, caso não tenha havido engano por algum dos problemas⁹ que confundem a leitura e transcrição de textos coloniais, segundo Rumeu *et al.* (2002), mas que certamente também confundem a leitura dos textos imperiais, existe um caso de próclise a V1 no ofício de 1812. Como ele aparenta ser introduzido por dois pontos, transcrevemos o contexto mais amplo no qual ele surge e o destacamos por negrito:

- (3) Tivemos ahonrra derreseb[.] que | *Vossa Excelência* nos deregis da data de honze de- | junho do corrente anno. naq[ua]l nos | convida para voluntariamente com | correres com hum qualquer dona | tivo para aedeficação de hum [.] | artel para a companhia de l[in] | ha dessa cidade: || **Vos**¹⁰ co[.] | mos a honrra, e zello *Vossa Excelência* | se in teresa noaumento desta ca | pitania; para o qual devemos c[.] | correr¹¹;

Acredita-se que o segundo parágrafo começa com o oblíquo “vos” seguido de algum verbo que não pode ser identificado por dano na folha. Enfatiza-se, caso não se tenha sido apanhado pelos erros de leitura que seguem desde os textos do Medievo, há um caso de próclise a V1, o que configuraria um dado muito interessante, na medida em que revela uma construção inexistente na história da língua portuguesa, sendo uma realização inovadora do PB. Para confirmar a ideia, leia-se o que Martins (2010) expõe sobre a colocação do clítico no curso histórico do português:

Em orações com o verbo em primeira posição absoluta, A. M. Martins, seguindo os resultados já atestados na gramática do português antigo de Huber, não encontra nenhuma ocorrência de anteposição do clítico. Esse é um contexto de ênclise

⁹ Os autores retomam uma obra clássica da filologia portuguesa, *Textos medievais portugueses e seus problemas*, de Serafim da Silva Neto, para mostrar como os problemas relacionados à leitura de textos medievais portugueses também podem ser aplicados aos textos coloniais da América portuguesa, a saber: a) erros devido à má compreensão de letras; b) erros devido à ignorância de siglas e abreviaturas; c) saltos – bordões (no caso de ter acesso às edições/ cópias – que podem ser quase tão antigas quanto o autêntico – e não ao original); d) erros interpretativos devido à falta de fronteira vocabular; e) categoria específica (desconhecimento de algum aspecto linguístico já existente na língua). Acredito que pelo menos contra o erro das siglas e abreviaturas estive salvaguardado pela companhia da obra de Flexor (2008).

¹⁰ A palavra também aparenta ser um “nos”. Caso o seja, posto que a extremidade direita da folha na qual está escrito o resto da linha encontra-se deteriorada, não se pode assegurar se a palavra seria um oblíquo de primeira pessoa do plural ou a forma combinada entre a preposição “em” e o artigo definido plural “os”.

¹¹ Para facilitar a leitura, explicam-se aqui algumas das convenções para a edição de textos propostas pelo PHPB, das quais a transcrição acima é exemplo. [.] significa letras não legíveis por deterioração ou rasura; as barras verticais, |, representam mudança de linha; as letras em *itálico* não existiam no original, mas foram recuperadas por sugestão do PHPB, com o intuito de ficar mais acessível ao leitor o, por vezes complicado, mundo das abreviaturas; letras entre colchetes são as intervenções minhas de editor; e as duas barras verticais, ||, indicam mudança de parágrafo.

absoluta mesmo em textos do século 16 em que a próclise passa a ser o padrão de colocação dos pronomes clíticos nos “contextos de variação diacrônica”, como descrito mais a seguir (p. 41).

Tal construção costuma surgir no final do século 19 e, mais forte e nitidamente, no século 20. O fato de haver essa próclise a V1 no início do século 19 e num documento de cunho burocrático só pode ser justificado quando se encaixa esse fenômeno, índice de mudança por vir no PB, no contexto histórico já sumariamente apresentado neste artigo. A escassez de educação formal na época fazia com que não se dominasse o sistema normativo da língua e, assim, se pudesse transpor para um texto oficial uma construção que, muito provavelmente, para estar registrada num texto escrito, já era corrente no vernáculo do Brasil oitocentista.

3.1.1 Da assunção da próclise na gramática do português

As gramáticas de natureza normativa brasileiras resistem a declarar a próclise como padrão da língua portuguesa do Brasil. Ao se ler a seção sobre colocação de pronomes átonos em três das mais prestigiadas gramáticas normativas produzidas no Brasil por brasileiros, a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, e a *Nova gramática do português contemporâneo* (esta, em parceria com um português, Lindley Cintra), de Celso Cunha, percebe-se que elas ainda apresentam a ênclise como padrão, havendo, contudo, uma entrada gradativa da descrição da próclise no PB, que vai de um grau 0 em Napoleão a um grau maior em Cunha e Cintra.

O primeiro deles declara, de modo elegantemente “gramatemático”, que “se é da natureza dos oblíquos funcionar como complemento dos verbos, nada mais justo dizer que, em regra geral, os oblíquos devem vir pospostos aos verbos” (ALMEIDA, 1994, p. 492). Em Bechara (2006, p. 588), o primeiro “critério para a colocação dos pronomes pessoais átonos” é o célebre “não se inicia período por pronome átono”. No entanto, neste autor, há um pequeno avanço, que é a menção de essa construção não ser seguida em nosso falar espontâneo. Mesmo assim, a menção surge numa “observação”, ou seja, numa fonte menor do que a do texto principal, e por meio de um verbo que não denota tanta consciência linguística, senão normativa: “este princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado”. Subtende-se, assim, um princípio já existente que deve ser respeitado, como se a língua não fosse viva e mutante.

Em Cunha e Cintra (2007, p. 330-2), por outro lado, há uma seção denominada “a colocação dos pronomes átonos no Brasil”, que começa com a afirmação de que a colocação no Brasil difere da portuguesa, “principalmente no coloquial normal” (p. 330), e de que é similar em alguns casos à língua medieval e clássica. As primeiras linhas já expõem uma satisfatória contextualização pragmática e histórica da cliticização pronominal. Quando vão ser enumerados os critérios de colocação no Brasil, como já é de uso estabelecido, começa-se pelo contexto V1, como ocorreu com Almeida (1994) e Bechara (2006). Em Cunha e Cintra (2007), contudo, ainda se nota uma resistência para assumir a eminência da próclise, pois se diz “Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas: a) a **possibilidade** de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*” (p. 331, grifo nosso). O uso de tal palavra, não obstante, pode ser parcialmente entendido por a gramática só exemplificar suas normas/descrições com exemplos da literatura, isto é, da modalidade escrita da língua.

Neste ano, duas gramáticas foram lançadas no Brasil, porém não mais partilhando da proposta de serem outra “Gramática do português” de natureza prescritiva, mas gramáticas descritivas do PB. São elas a *Gramática do português brasileiro*, de Mário A. Perini, e a *Nova*

gramática do português brasileiro, de Ataliba T. de Castilho. O rumo das duas é o de assumir o caráter proclítico da colocação pronominal no PB. Castilho (2010, p. 303) o faz por meio do discurso alheio:

Estas e outras observações permitiram a vários autores observar o seguinte: (i) A direção de cliticização fonológica não é a mesma no *PE* e no *PB*. No *PE* ela é enclítica, movimentando-se da direita para a esquerda, como em *Quem-me vê?*, *Não-te vi*, *Já-te digo*, *Vamo-nos encontrar*, o que impede iniciar sentença por clíticos. No *PB*, ela é proclítica, movimentando-se da esquerda para a direita, como em *Já te-vi*, *João tinha me-visto*, *Vamos nos-encontrar*, o que permite iniciar sentenças por clíticos. A mudança na direção de cliticização se deu a partir da segunda metade do século XIX, época em que Cyrino (1997) encontrou as primeiras ocorrências de próclise a imperativo afirmativo.¹²

Perini (2010, p. 119) é mais enfático e direto: “No PB a regra de posicionamento do pronome oblíquo é muito simples: O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração”. Assim, do grau 0, em Almeida (1994), ao grau 10, em Perini (2010), a próclise consegue sua assunção nas gramáticas do português (do Brasil).

3.2 Da cliticização pronominal em orações encaixadas

Nos ofícios em assunto, são muito recorrentes orações encaixadas (subordinadas). Torres Morais e Ribeiro (2004, 34), estudando a colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro, por meio do livro *O alquimista*, de Paulo Coelho, e de sua versão para o PE, atestam que, no que diz respeito às frases subordinadas, o padrão de colocação é a próclise tanto no PB quanto no PE, havendo esporadicamente, no sistema americano, casos de ênclise. Isso nos leva a confirmar a ideia de que esse não é um contexto interessante de estudo. Nossos dados comprovaram a análise das autoras, como nesse trecho de um ofício de janeiro de 1833:

(4) Levo ao conhecimento de *Vossa Senhoria* d’ordem | do *Excelentíssimo Senhor* Vice-Presidente, para o levar | ao do Conselho Geral.

3.3 Do contexto SV

Pagotto (1993, p. 198) expõe a próclise como colocação predominante em estruturas básicas de sentença em contexto de SV no século 19, o que vai de encontro ao que, por exemplo, Martins e Coelho (2009) encontraram nas peças de Santa Catarina e ao que Galdino *et al.* (2010) encontram nas peças norte-rio-grandenses do mesmo século. O português quinhentista, de acordo com Lobo (1992), em orações principais ou absolutas com SV, apresenta próclise categórica. A forte preferência pela próclise com verbo em segunda posição, tendo como primeiro elemento sujeito não-focalizado, é apontada tanto como característica do PM (século 15 ao 17), para Galves (2007), quanto do Português Clássico (PC, século 16 ao 18), para Martins (2010).

Pagotto (1992), Martins (2007, 2010), Martins e Coelho (2009), Galdino *et al.* (2010) notam que a natureza do sujeito pré-verbal, uma variável independente, funciona como um contexto significativo para a variável dependente em questão, a posição do clítico em

¹² Essa citação de Castilho (2010) retoma a ideia de Nunes (1993), segundo a qual a direção de cliticização da esquerda para direita é “uma inovação do dialeto brasileiro” (p. 214), levando as crianças do início do século 19 a buscarem uma reanálise dos clíticos de terceira pessoa, cujo acusativo teria iniciado seu processo de desaparecimento no PB. Além disso, a citação de Castilho faz referência a Cyrino (2007), que traz à baila o mesmo fenômeno de seu texto de 1993, já referido neste artigo, sobre a próclise em imperativo afirmativo.

contexto SV. À exceção de Pagotto (1992)¹³, para quem a próclise sempre se apresenta como majoritária em toda a história do português (cf. idem, ibidem, p. 74), a frequência de próclise sempre é maior com um sujeito pronominal do que com sujeito DP (*Determinant Phrase*), isto é, um sintagma nominal. Pode-se dizer, então, que a mudança na colocação pronominal clítica em SV está encaixada linguisticamente na natureza do sujeito e talvez esteja encaixada socialmente nas diferentes formas de produção textual (ver nota 13).

No *corpus*, encontra-se um ofício de dezembro de 1833, no qual está escrito:

(5) *Sua Excelência* me encumbe de significar ao Com- | selho Geral os seus protestos de consideração e | estima.

O clítico está colocado anteposto ao verbo, configurando uma próclise. Pode ser que essa colocação dê sequência ao padrão proclítico categórico que representava o PC para Lobo (1992). A natureza do sujeito do exemplo (5) é um pronome de tratamento, forma pouco encontrada nos trabalhos com peça de teatro¹⁴. Esperava-se encontrar um número maior delas em Pagotto (1992), mas o autor só quantifica 5 realizações, das quais 4 são de próclise e 1 de ênclise, o que leva a crer, apesar da pequena representatividade, que o pronome de tratamento funciona menos como DP do que como pronome, facilitando a colocação da próclise ao verbo.

3.4 Dos clíticos em grupos/ complexos verbais

Pagotto (1993) é um dos autores que afirma o caráter inovador da próclise a V2 (verbo temático) em grupos verbais na gramática do PB, não sendo, pois, encontrada na gramática do PA, na do PC nem na do PE. A identificação dessa colocação pronominal como peculiar do PB já é praticamente lugar comum nos estudos linguísticos e pode ser visto, por exemplo, em Lobo (1992) e Martins (2010) numa perspectiva diacrônica, e em Galves e Abaurre (2002) numa abordagem sincrônica.

No século 19, segundo tabela de Pagotto (op. cit., p. 1992), não foi encontrada realização de próclise a V2, o verbo não-finito do grupo verbal, havendo apenas duas no século 18 e várias no 20. No que diz respeito às peças de teatro da mesma época, pode haver uma diferença entre as peças de autores catarinenses das peças dos autores potiguares. Naquelas, conforme revela Martins (2010, p. 200), todos, com exceção de um autor, apresentaram alguma próclise a V2 em complexos verbais. No caso das peças de teatro potiguares, Galdino *et al.* atestaram 5 realizações de próclise a V2, sendo seu *corpus* constituído por 5 peças. No entanto, não está explícito no trabalho dos autores como estão distribuídas essas próclises ao verbo não-finito nas peças.

¹³ Pagotto é o único ator desses mencionados que trabalha com documentos e manuscritos, como os *documentos históricos do Espírito Santo* ou as *cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio*. Talvez a tipologia textual influencie, de alguma maneira, no resultado das pesquisas. O *corpus* deste artigo está mais próximo do de Pagotto. Ao término de minha dissertação de mestrado, talvez possa confirmar, apesar de não crer, essa alta frequência da próclise. Sobre o tipo de texto, Barbosa (2002, p. 425) diz que: “na prática, é preciso selecionar e controlar entre os tipos de textos coloniais os fenômenos linguísticos relevantes para as questões da história da língua portuguesa”.

¹⁴ No trabalho de Galdino *et al.* (2010), foi contabilizado uma forma de tratamento. Entretanto, ela não foi ilustrada.

Cyrino (1993, p. 169), analisando a ocorrência de pronome proclítico ao verbo principal em locução verbal de estrutura matriz¹⁵, encontra um crescendo que vai de 0% no século 18 e chega a 100% na segunda metade do século 20. A autora avalia que, devido ao pronome clítico ter perdido a mobilidade, o clítico acaba por se fixar ao verbo mais baixo, ao não-finito, àquele que não carrega em si o AGR (traço de concordância, na literatura gerativista). Pagotto (1993) segue na mesma direção quando afirma que o PB perdeu a possibilidade de subida dos clíticos, ou seja, de se proclitizar ao verbo mais alto.

No *corpus* em estudo, acontece uma construção com clítico pronominal em grupo verbal no ofício de 1812:

- (6) Queira | *Vossa Excelência* nos perduar esta falta, | qual não he nasida da pouca
A | vontade sim das nossas impo- | sibilidades quais não são ocul- | tas. || *Deus*
a *Vossa Excelência* Guarde muntos a-.

No trecho, aparece um verbo volitivo, “querer”, incluído, dentre outros autores, por Pagotto (op. cit.), como componente de grupos verbais; um X, o material lexical “*Vossa Excelência*”; o Cl, o clítico “nos”; e o V2, o verbo temático “perduar”, ao qual o clítico está ancorado da esquerda para a direita, procliticamente. Essa variante só pode ser instanciada pela gramática do PB, considerando que tal ordem de colocação clítica não foi registrada em fases anteriores do português nem no atual PE. É curioso perceber que as duas variantes – próclise a V1 absoluto e, agora, próclise a V2 em complexos verbais – que são instanciadas pelo PB surgiram no mesmo ofício, neste mais antigo exemplar do século 19 do *corpus* deste artigo, este precioso manuscrito de 1812.

3.5 Da hipercorreção

Galves (2007, p. 526) aponta para uma “aquisição da língua de prestígio”, o português europeu, geradora de estruturas as quais podem resultar artificiais ao sistema que se pretende adquirir, o que é conseguido imperfeitamente. Essas construções podem ser agrupadas sob o termo “hipercorreção”. Conforme Lobo (1992, p. 223), a hipercorreção da colocação pronominal pelos brasileiros fica caracterizada da seguinte maneira:

o falante culto busca, nos registros mais formais, utilizar a variante de prestígio, contudo, na medida em que o sistema de colocação do clítico definido por contextos sintáticos não faz parte de sua competência linguística ativa, por vezes utiliza a colocação pós-verbal em situações que vão de encontro a esse sistema.

Para Said Ali, ainda consoante Lobo (1992, p. 55), “a colocação pós-verbal que se verifica no Brasil em orações subordinadas e negativas, não corresponderia a um traço nativo do português brasileiro, sendo, antes, uma tendência à **hipercorreção**” (grifo da autora).

Labov (2008) distingue dois tipos de forças sociais que podem ser exercidas sobre as formas linguísticas. A primeira delas são as *pressões vindas de cima*, aquelas que vêm do sistema como um todo e sobre ele operam, e a outra são as *pressões vindas de baixo*, que constitui a hipercorreção, conceituada pelo autor como “o processo explícito de correção social aplicado a formas linguísticas individuais” (op. cit., p. 152).

Os casos de hipercorreção exemplificados em Labov, em sua obra clássica, como o estudo do [r] na ilha de Martha’s Vineyard, são propulsores de mudança linguística. No caso de hipercorreção no uso do clítico, como apontado por Lobo e Said Ali, ela exprime uma

15 Crystal (s/d), em seu verbete sobre “matriz”, esclarece que esse é um termo usado na linguística principalmente pela gramática gerativa com referência a uma sentença principal (sentença matriz), em oposição a uma sentença subordinada (encaixada).

tentativa malsucedidas de aquisição da gramática do PE. Evidentemente, o estudo de Labov incide numa comunidade de fala e é nela, na fala, nesse germe de pólvora da mudança linguística, que se realiza a hipercorreção e, portanto, que essa correção social acaba por se implementar.

O exemplo de hipercorreção achado no corpus está no ofício de junho de 1833, onde se encontra o que segue:

- (7) Remetto a *Vossas Senhorias* por copia a Provisão da Secretaria de | Estado dos Negocios da Fazenda de 27 de Abril, a respeito | da incompatibilidade das obrigações¹⁶ dos Empregos da The- | souraria, e mais Repartições de Fazenda, com as de Mem- | bros das Camaras Municipais: [.]. [.]. [.], o que não pode | entender-se com o Procurador Fiscal, segundo a integra | da mesma Provisão.

No excerto acima, temos dois ativadores de próclise, uma relativa “o que” e uma partícula negativa, o “não”. Apesar desses atratores, a frase foi construída com ênclise a V2, construção “artificial” na língua portuguesa e que, portanto, retomando Sail Ali, não deve corresponder a um traço nativo do português brasileiro, mas sim à aquisição imperfeita do padrão enclítico do PE (posto ser um contexto impróprio à ênclise). Certamente essa construção, mesmo sem gerar mudança, revela o problema da avaliação sobre o qual WLH tratam, na medida em que, quando se opta por uma forma supostamente peninsular, isso implica uma forte consciência linguística individual, que reconhece (mesmo que de forma falha) a estrutura característica de outro sistema de língua, e também uma forte consciência social, no sentido de reconhecer naquele uso uma forma de prestígio social. Não obstante, a estrutura não é sistemática, mas isolada, isolamento que limita seu espriamento, impedindo que, diferentemente do que ocorreu com o [r] em Martha’s Vineyard ou com o (oh) em Nova York, ocorra implementação dessa construção no sistema e se realize mudança na língua.

4. Dos padrões de diferentes gramáticas nos ofícios do RN

Quando se lê sobre a teoria de competição de gramática de Kroch (*apud* TORRES-MORAIS, 2002; MARTINS, 2009), tem-se a impressão que, de certa forma, estão unidos numa só pessoa Labov e Chomsky. A sociolinguística aparece quando se vêem formas em competição, evoluindo de forma gradual, formando uma curva em “S”. O fato de essas variantes em competição poderem representar gramáticas diferentes em competição é algo que já se aproxima mais de um modelo gerativista, pela ideia da gramática como um sistema, apesar de a ideia de competição ainda nos remeter à sociolinguística. Quando, enfim, a teoria assume a diferença entre a Língua-E e a Língua-I, em que variações naquela não necessariamente acarretarão mudança nesta, na gramática interna, mas que somente a partir das amostras empíricas da Língua-E se tem acesso à Língua-I, isto é nitidamente gerativista.

Pôde-se ver, neste trabalho, que com relação a:

1º) **clítico a V1**, há uma variação desigual entre o padrão enclítico categórico instanciado pela gramática do PE e a próclise característica do PB, praticamente ainda não licenciada nos textos oitocentistas examinados na literatura. Dentro dos onze ofícios em estudo, encontrou-se uma realização que condiz com o padrão enclítico do PE para esse contexto, predominante na sintaxe dos clíticos apresentada na escrita do PB escrito no século 19, e uma provável ocorrência proclítica, não comum à época;

2º) **clítico em orações encaixadas**, o padrão é a próclise, instanciação regida tanto pela gramática do PE quanto pela do PB (e que muito provavelmente também era gerada pela

¹⁶ Os vocábulos “obrigações” e “repartições” deste trecho estão, no manuscrito, com o til sobre o “e”, não sobre o “o”. Os três [.] são três letras ou sobreposição de duas letras que não podemos entender bem.

gramática do PC, já majoritariamente proclítica), havendo, entretanto, casos poucos de ênclise no PB, o que pode refletir a integração, na escrita menos formal, de um padrão enclítico da gramática do PE o qual, por séculos transmitido no Brasil por via escolar e literária, conseguiu uma manifestação de caráter esporádico e aparentemente assistemático de uso. Foi exatamente a próclise a colocação encontrada nessas orações dependentes dentro do *corpus* analisado;

3º) **clítico em SV**, este representa o contexto em que mais evidentemente ocorre o embate entre um padrão gramatical do PE, que instancia fortemente a ênclise, e uma gramática do PB, que instancia a próclise, não sem uma luta que, durante o século 19, mostra seu mais alto estágio acirrado. No *corpus*, surgiu uma colocação proclítica ao verbo, indicando um provável assentamento da norma (no sentido de Coseriu [1979]) relativa a esse contexto a qual a começa a caracterizar uma gramática do PB em formação;

4º) **clítico em grupos verbais**, esse ambiente revela a variação entre, pelo menos, três gramáticas, a do PC, licenciando a subida do clítico, que se antepõe ao verbo finito, padrão que ainda pode ser instanciado pela gramática do PE, segundo se pode ver, por exemplo, em Torres Morais e Ribeiro (2004, p. 36); a do PE, que instancia a ênclise ao verbo não-finito; e a do PB, que traz uma construção inovadora na história da língua portuguesa, a próclise ao verbo temático não-finito, que fica na posição mais baixa dentro do complexo verbal. Muito interessante o que encontramos no *corpus*: há um caso instanciado pela gramática do PB (analisado na seção 3.4), uma próclise a V2, e há também um caso de hipercorreção – que reflete, apesar de equívocamente, haja vista a presença de proclitizadores ao grupo verbal, a gramática do PE – (analisado na seção 3.5), manifestado pela ênclise a V2.

5. Palavras nada finais

Os exemplos apresentados revelam diferentes padrões gramaticais que podem indiciar a coexistência de diferentes gramáticas em competição instanciando o PB do século 19. A pouca quantidade de dados destes primeiros momentos de investigação impede que se construam assertivas sobre o que subjaz esses padrões de colocação clítica pronominal em variação que foram identificados no *corpus* em estudo. Contudo, o fato de esse *corpus*, além de bastante preliminar (apenas 11 ofícios), ter sido selecionado, do ponto de vista lingüístico, arbitrariamente e, mesmo assim, ter gerado um interessante diagnóstico preliminar, deixa uma forte impressão de quão prolíficas as cartas notariais potiguares poderão ser como base de dados para os estudos de cliticização pronominal do português do Rio Grande do Norte.

Com a conclusão do *corpus*, poderá ser dada sequência ao estudo desse aspecto lingüístico, bem como propiciará o início de pesquisas sobre aspectos textuais desses ofícios que representam uma face, a potiguar, do PB nesta complexa conjuntura sócio-histórica, que é o Brasil oitocentista, palco cronológico no qual, segundo, Tarallo (1993), começa a atuar uma nova gramática do PB, da qual essa variação/mudança no padrão de ordenação estrutural dos clíticos pronominais é apenas uma cena ou mesmo um ato. Das peças vindouras, certamente, já somos atores!

Referências

- ACIOLI, A. *escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1994.

- BARBOSA, Anfrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COSERIU, Eugênio. Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Trad. e adaptação de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, s/d.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CYRINO, Sonia. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: Ian Roberts & Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguístico do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. 499p. Mimeo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- GALDINO, Fernanda Eliza Silva; MOURA, Kássia Kamilla; SALES, Willame Santos de; MARTINS, Marco Antônio. *Para a descrição da ordenação de clíticos na escrita norte-rio-grandense do século XIX*. Natal: Anais da XVIII Semana de Humanidades da UFRN, 2010 (no prelo).
- GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. de. Et. Al. (orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro* – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato. São Paulo: Campinas, SP: Ponte Editora, 2007.
- _____; ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba T. de. et al. (orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- HORA, Dermeval da; SILVA, Camilo Rosa (orgs.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia, 2010.
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil* – pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
- KATO, Mary; DUARTE, Maria Eugênia L.; CYRINO, Sônia; BERLINCK, Rosane de Andrade. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LOBO, Tânia. *A colocação dos clíticos em Português. Duas sincronias em Confronto*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1992.

- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MARTINS, Marco Antônio. Clíticos e sujeitos pré-verbais: gramáticas do português no Brasil dos séculos 19 e 20. *Cadernos de pesquisas em linguística* (PUCRS). v. 3. p. 62-72, 2007.
- _____.; COELHO, Izete Lehmkuhl. A diacronia em construções XV na escrita catarinense. *Fórum lingüístico*. Florianópolis (UFSC). v. 6. p. 73-90, 2009.
- _____. Variação e mudança na sintaxe como competição de gramáticas. *Investigações* (UFPE). v. 22. p. 65-87, 2009.
- _____. *A colocação de pronomes clíticos na escrita brasileira: para o estudo das gramáticas do português*. Natal: EDUFRN, 2010 (no prelo).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: _____. *Para a história do português brasileiro*. Volume II: primeiros estudos. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: FAPESP, 2001.
- NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad. Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.
- NUNES, Jairo M.. Dieção de cliticização, objeto nulo e pronome átono na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. *A posição dos Clíticos em Português. Um estudo Diacrônico*. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, 1992.
- _____. Clíticos, mudança e seleção natural. In: Ian Roberts & Mary A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.
- RUMEU, Márcia; BARBOSA, Afrânio; CALLOU, Dinah. Textos coloniais na América portuguesa e seus problemas. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e d'além-mar no final do século XIX. In: Ian Roberts & Mary A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- _____. Pesquisa sociolingüística. São Paulo: Ática, 2002.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R.. Rastreamento aspectos gramaticais e sociohistóricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- _____.; RIBEIRO, Ilza. Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro. *Linha d'água*. 2004. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/linhadagua/images/arquivos/LD/17/morais2004.pdf>. Acesso em: 05 out. 2010.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.